

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E SUAS REPERCUSSÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO*

Armando B. Malheiro da Silva

Assistente de Investigação da Universidade do Minho e docente da disciplina (anual) de Arquivologia do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1. O Nó górdio...

Desfazer o "nó górdio" semântico que no discurso corrente enlaça de modo equívoco os termos gestão, documento, informação, conhecimento e arquivística não é tarefa fácil, apesar de urgente e indispensável. Todo o trabalho científico requer, aliás, precisão terminologia e conceptual, clareza nos procedimentos metodológicos e rigor na formulação das hipóteses e dos modelos teóricos adequados, quesitos ainda mais incontornáveis no caso vertente devido à premência do desafio que se perfila com progressiva nitidez: a iminente viragem de paradigma. Com efeito disciplinas como a Arquivística, a Biblioteconomia, as chamadas "Ciência(s) da Documentação" e a Informática de Gestão situam-se cada vez mais numa encruzilhada onde, por um lado, permanece o primado do documento, da técnica (do saber fazer) e da "lógica" custodial (conservar/guardar em serviços próprios manuscritos, impressos, periódicos, gravuras, etc.) e, por outro, emerge o primado da informação, da abordagem científica e da atitude pós-custodial (armazenamento virtual, difusão multinível e multimédia, etc.).

A tão falada e discutida Sociedade de Informação contextualiza, em certa medida, a viragem em curso, mas não é suficiente para explicá-la e discuti-la em profundidade. A

* Título proposto pela Comissão Organizadora do Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica e esta comunicação beneficiou imenso do debate e reflexão produzidos regularmente, há mais de cinco anos, com os colegas Fernanda Ribeiro, Manuel Luís Real e Júlio Ramos, parceiros na redação de um livro ainda em curso intitulado *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação* (1999, vol. 1) e do trabalho do grupo informal constituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto sobre o tema *A Ciência da Informação, Bases epistemológicas e formativas* e de que fazem também parte os colegas Fernanda Ribeiro, Elisa Cerveira, João Leite, Anabela Lapa, Maria Manuel Borges e João Álvaro Carvalho. Não pode ainda ser esquecido o contributo dos alunos da disciplina Arquivologia do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra durante os dez anos de docência contínua e de discussão e análise conjunta de ideias, temas e problemas arquivísticos e informacionais.

análise e o debate têm necessariamente que passar por um exercício de reflexão epistemológica capaz de revolver "lugares comuns", "ideias feitas" e esquemas mentais radicados no mero senso comum e num empirismo acrítico, tornando, assim, efectiva a mudança de paradigma que se nos afigura inevitável. E para desencadear esse desejável exercício de reflexão ocorre-nos trazer à liça os termos acima referidos combinados como expressões muito em voga: gestão da informação, gestão documental, informação arquivística, informação igual a conhecimento e informação sinónimo de comunicação.

Num qualquer dicionário ou enciclopédia actualizados lê-se, por exemplo, que o substantivo feminino *gestão* significa acção ou forma de gerir, de administrar algo, período durante o qual alguém gere um negócio ou ainda organização e entrada em funcionamento dos recursos de uma empresa com vista ao cumprimento dos objectivos previamente fixados no quadro de uma determinada política e estratégias. Gerir, administrar e organizar são os verbos que sobressaem como traços característicos fundamentais, traços esses que se mantêm indeléveis se associarmos o termo gestão ao de informação, que para certos autores traduz a *"Implementação de um conjunto de medidas que visam a racionalização e a eficácia no uso e circulação de dados e informação e a aplicação das teorias e técnicas da ciência da informação nos sistemas de informação"*¹, e para outros, como Carlos Zorrinho (doutor em Gestão de Empresas e especialista em Informática aplicada a esse tipo de gestão), é *"uma função que interliga e conjuga a concepção dos sistemas de informação com a concepção dinâmica da organização"*, sendo, por consequência, *"uma função de nível estratégico, que deve ser desempenhada ao mais alto nível da estrutura da organização (vice-presidência ou assessoria directa do presidente ou director-geral). As suas atribuições são múltiplas e diferenciadas, sendo o gestor da informação, antes de mais, um controller estratégico"*². E o mesmo autor, seguindo Henry C. Lucas³, entende por sistema de informação o *"conjunto organizado de procedimentos, que, quando executados, produzem informação para apoio à tomada de decisão e ao controlo das organizações"*⁴.

¹ Cf. ALVES, Ivone et al. — *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação, 1993, p. 52-53. Nesta obra de referência importa ainda destacar os seguintes verbetes por onde perpassa a tensão conceptual inerente a um processo de viragem de paradigma: *"Ciência da Informação — Ciência que tem por objecto a recolha, tratamento e difusão da informação 1 nos seus aspectos teóricos e práticos"* (Ibidem, p. 19); *"Ciências Documentais — Ciências que têm por objecto os documentos e a informação 1 por eles veiculada com vista à sua gestão e referência para efeitos de comunica"* (Ibidem, p. 20); *"Informação 1 - Qualquer elemento capaz de ser expresso com o auxílio de um código. É correntemente empregado como sinónimo de dado. 2 Documento interno em que se dá conhecimento de um assunto ou situação e/ou se submete a consideração superior sugestões para a sua resolução"* (Ibidem, p. 57).

² Cf. ZORRINHO, Carlos — *Gestão da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 21.

³ Ver LUCAS, Henry C. — *Information system. Concepts for management*. Singapura: McGraw Hill International Editions, 1987 (3ª ed.).

⁴ Cf. ZORRINHO, Carlos — *Gestão da informação*, ob. cit., p. 43.

Ao acentuar-se a dimensão dinâmica, empresarial e sóciotécnica do verbo gerir fica mais longe a concepção "instrumental" de arranjo dos documentos de arquivo, patente num livro à época inovador e hoje centenário que ficou conhecido como "*Manual Holandês*"⁵ e mais clara a influência do *records management* consagrado (e contraposto à *archival practice*) nos EUA e na Grã-Bretanha após 1945. E essa influência explica, portanto, que nos países de cultura não anglo-americana as noções tradicionais de documento e documentação tenham passado a ser precedidas pelo substantivo gestão, num reforço claro da componente prática e tecnicista.

O empirismo dominante e o excesso de senso comum têm tornado inextricável documentação e informação, não permitindo a necessária e conveniente distinção dos conceitos em jogo. E as características atribuídas ao documento de Arquivo decorrem ainda de uma discutível superlativização do suporte em vez de corresponderem ao contexto de produção/recepção da informação.

Não é, portanto, irrelevante o "salto" semântico da expressão "documento de Arquivo" para a "informação arquivística" (ou informação de Arquivo), porque pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar a sua importância enformadora. No entanto, a grande equivocidade que envolve o conceito de Informação, banalizado pelo discurso corrente actual e frequentemente confundido ora com conhecimento (como se um texto literário, um quadro, uma foto não fosse informação...) ora com comunicação (como se um "diário" íntimo ou um texto indecifrável não existissem fora do pleno processo comunicacional...) exige um longo trabalho de clarificação conceptual que ainda mal está começado... Exige, portanto, que nos desviemos um pouco do documento e nos centremos na informação e ultrapassemos as visões restritivas, que fazem depender do serviço Arquivo e do serviço Biblioteca tipos de informação marcadamente distintos (e daí as expressões "informação arquivística" e "informação bibliográfica"), em busca de um denominador comum essencial. Mas essa busca impõe desde logo uma bateria de questões:

O que é a *Informação*?

Resulta só da razão e do conhecimento ou inclui também as emoções?

Informação e *comunicação* são sinónimas ou, pelo contrário, distintas?

A Informação é uma "substância" indefinida e etérea ou um fenómeno cognoscível de génese social?

⁵ Ver MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. — *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen: Erven B. van der Kamp, 1898 (trad. brasileira de Manuel Adolpho Wanderley, sob o título *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

Significa *um facto, uma notícia, ou qualquer dado do conhecimento*, evoca, ao mesmo tempo, o acto de recolher e o de dar esclarecimentos, sendo, por isso, usado como substantivo ("pretendo obter uma informação") e sinónimo de *ser informado*, ou corresponde, afinal, a algo mais amplo e profundo? É uma “propriedade básica do Universo” como a energia que reveste várias formas⁶ ou, pelo contrário, tal analogia é redundante?

Limita-se a exprimir a ideia de *pôr ao corrente*, embora devido ao seu uso polissémico no discurso quotidiano se subentenda que a Informação é, por um lado, algo de que as pessoas necessitam — uma coisa útil — e, por outro, o resultado de uma acção sobre essa coisa útil, ou ultrapassa bastante este nível pragmático e utilitário?

Há ou não justificação epistemológica para uma Ciência da Informação?

É ou não possível descobrir para além de uma óbvia pluralidade de saberes correlativos, próximos e até indissociáveis, um campo coerente e unitário de abordagem científica da Informação enquanto tal?

2. Ciência da Informação e Arquivística

Uma resposta exaustiva a estas questões não cabe, obviamente, no âmbito desta comunicação. Justifica-se, porém, que sejam invocadas como cenário problematizador do campo científico onde nos propomos situar a Arquivística (ver diagrama), articulando-a, assim, intimamente com o estudo das características, propriedades, produção, organização, armazenamento, transferência e utilização da informação.

Um campo científico de estudo e formação enquadrado pelo trinómio (algo redutor...) *conhecimento-informação-comunicação*, em que é possível destacar e “isolar” para efeitos de análise e de pesquisa teórico-prática o segundo nómio, elevado à categoria de objecto científico.

Um campo múltiplo pelas diferentes abordagens que proporciona e simultaneamente uno quanto à “identidade” do fenómeno cognoscível como objecto (imbricado no sujeito e exterior a ele): a informação social produzida, registada e transferida por intermédio de antigas e/ou novas tecnologias (ver diagrama).

⁶ Posição defendida, entre outros, por: STONIER, Tom - Towards a new theory of information. *Journal of Information Science*. London. 17 (1991) 257-263.

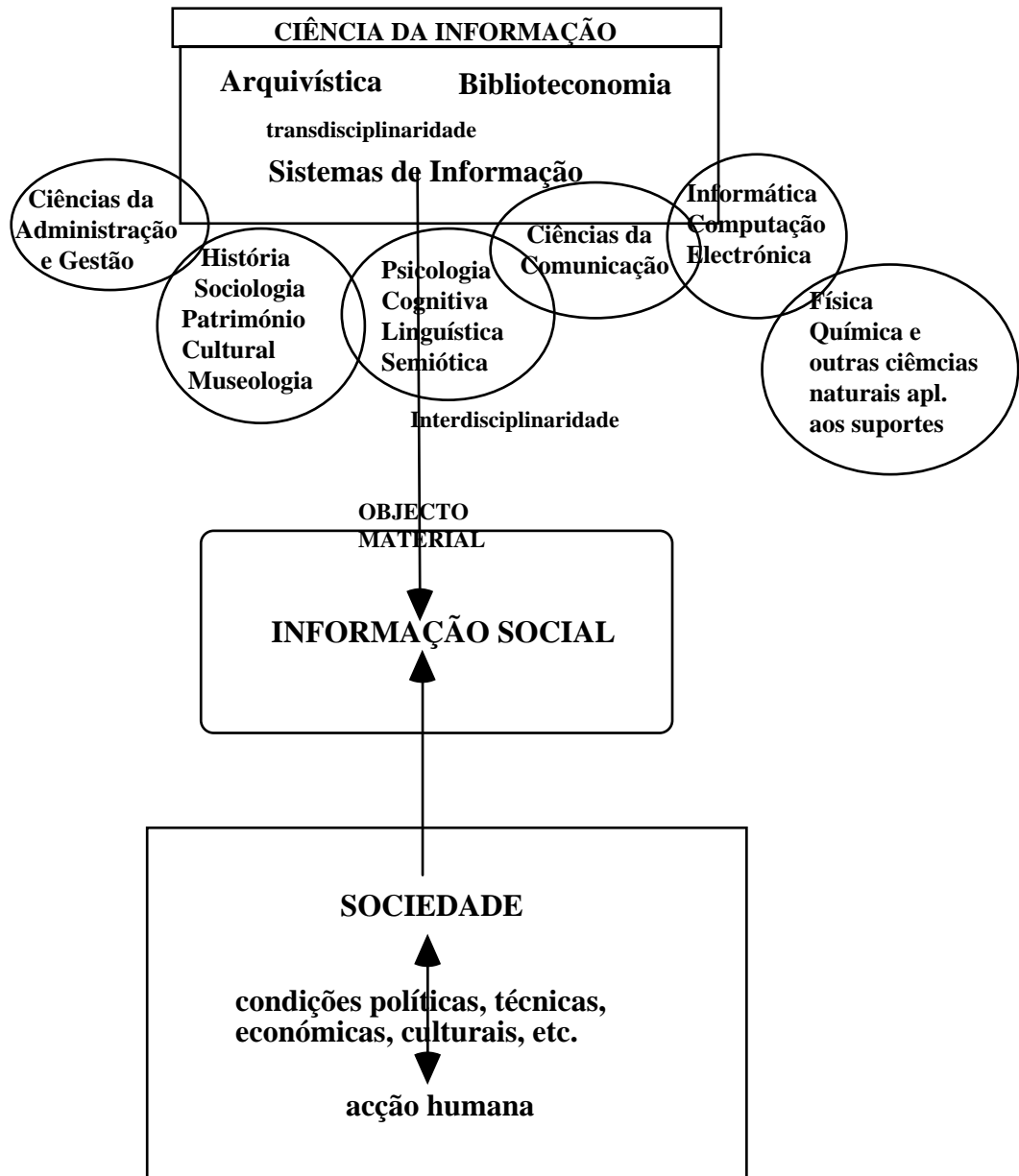
Enfim, um campo científico que exige, para afirmar-se, a aproximação transdisciplinar de saberes até agora profundamente distanciados em Portugal, não obstante certas aparências de interacção. As ciências sociais, nomeadamente a sociologia, a antropologia, a etnografia e a história, as técnicas e as práticas da biblioteconomia e da arquivística, os sistemas de informação, a informática e as tecnologias da informação, podem e devem convergir no esforço de compreensão e explicitação da informação enquanto objecto científico. E o resultado palpável de tal convergência é a possibilidade de formular projectos de investigação e de formação radicados numa matriz claramente transdisciplinar e homogénea na sua pluralidade interna.

Não nos podemos deter aqui sobre os complexos e inusitados nexos epistemológicos de uma Ciência da Informação (para a qual Y. Zhang ⁷ sugeriu a designação de *Informatologia*) enquanto campo unitário e pluridisciplinar, mas é indispensável deixar aflorados alguns tópicos e resultados já obtidos em âmbito próprio⁸ por forma a ir sendo possível aos outros saberes científicos próximos ou confinantes uma apreensão das fronteiras e das interacções que importa aprofundar mediante um diálogo epistemológico de que há visíveis frutos em países como os EUA ou a Suécia, e promissor noutros pontos do globo (Grã Bretanha, Austrália, Novs Zelândia, Canadá, etc.).

⁷ Ver ZHANG, Y. — Definitions and sciences of information. *Information Processing & Management*, Elmsford, 24:4 (1988),

⁸ Por iniciativa do Cursos de Especialização de Ciências Documentais da Faculdade de Letras do Porto foi constituído, informalmente, em 1998, um Grupos de Trabalho com o objectivo de redigir um estudo de fôlego intitulado *A Ciência da Informação. Bases epistemológicas e formação profissional* e que teve como *leit-motiv* inicial um projecto anterior, ainda em realização, de que saiu já a público um 1º volume: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio e REAL, Manuel Luís — *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999 (Prémio Raul Proença 1998 / BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas). Esse Grupo informal está presentemente formado por docentes do CECD da U.P., de docentes do CECD da Universidade de Coimbra e dois representantes informais da Universidade do Minho, a saber: Fernanda Ribeiro, Elisa Cerveira, João Leite, Anabela Lapa, Maria Manuel Borges, João Álvaro Carvalho e Armando Malheiro da Silva.

DIAGRAMA DO CAMPO CIENTÍFICO DA



A Informação entra, pois, aqui despojada da "carga" denotativa extensa que levou, por exemplo, Tom Stonier a equipará-la a uma "*propriedade básica do universo tal como a energia*"⁹, radicando nesta perspectiva a tendência actual para se associar o conceito de informação com o de entropia, que remete, por sua vez, para a famosa segunda lei da

⁹ Cf. STONIER, Tom — Towards a new theory of information. *Journal of Information Science*, 17 (1991) 257-263.

termodinâmica: "*a entropia do Universo tende a aumentar*" (ou seja, o grau de desordem ou indiferenciação do Universo tende a aumentar)¹⁰. Essa associação combina "mundos" diferentes — a entropia aplica-se ao físico, enquanto o conceito de informação ocupa, segundo Joaquim Ramos de Carvalho, um lugar central em todas as abordagens formais dos fenómenos da vida e do social, desde a molécula do ADN à especificidade cultural dos seres humanos. E neste plano, ao mesmo tempo abrangente e redutor, torna-se possível defini-la como tudo o que reduz a nossa incerteza sobre algo: "*Sempre que um determinado acontecimento tem vários desenlaces possíveis, como, por exemplo, lançar uma moeda ao ar, "informação" é aquilo que necessitamos para saber qual dos desenlaces de facto ocorreu. Um desenvolvimento fundamental deste conceito foi a sua quantificação nos anos 40 por Claude Shanon, o fundador da moderna teoria da informação*"¹¹.

Por muito sugestivas e operatórias que estas analogias e esquematismos pareçam, recusamos, por prudência e gradualismo epistémico, postular a universalização do fenómeno/processo informacional, o que implicaria, se tal fizéssemos, aceitar como óbvias as posições de Stonier e de Ramos de Carvalho. Preferimos, ao invés, deixar de lado a associação com a entropia e com o campo biológico e genético para incidirmos apenas sobre o "reino animal" com destaque para a espécie humana, designando por *informação social o conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes*.

A definição proposta situa claramente a informação entre a dimensão psicossomática do ser humano (onde se inscrevem o conhecimento, a inteligência, a memória, as emoções, etc.) e a comunicação social, ao mesmo tempo que realça o papel do código (a língua, os gestos, os números, as imagens...) como elemento constitutivo essencial. As representações mentais e afectivas carecem de um código passível de ser perpetuado pelo registo num suporte material externo e transmissível em tempos e espaços diversos. O código pode, pois, ser falado, mas consolida-se e intensifica-se se for escrito¹². E ao assumir esta ou outra forma

¹⁰ Ver CARVALHO, Joaquim Ramos de — O Social emergente. Sistemas adaptáveis complexos e interpretação histórica. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 20 (1999), 633-637.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 631.

¹² É óbvia a evocação da língua natural definida no respectivo verbete da *Nova Enciclopédia Larousse* como "*um sistema fechado cujas unidades se definem umas em relação às outras; trata-se, por conseguinte, de um código, de uma organização virtual, cuja utilização concreta por sujeitos falantes constitui a fala*" (vol. 14. Lisboa: Círculo de Leitores 1996, p. 4231). A língua é assim um produto social (e cultural), enquanto a fala um acto de vontade e de inteligência que representa a componente individual da linguagem. E esta tem sido encarada, sobretudo por linguistas e psicolinguistas, como a faculdade humana de raiz mental que articula, por exemplo, os sons vocais quaisquer que eles fossem com "*significações permanentes à nossa vida mental, determinando a aderência essencial do pensamento às palavras de que nos fala Hoenigswald*" (Cf. CAMARA JUNIOR, J. Mattoso — *Princípios de linguística geral. Como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Académica, 1970, p. 23). Nesta acepção subsiste uma subtil, mas perceptível distância semântica entre linguagem e informação, achando-se esta inevitavelmente confundida com discurso, quer como desenvolvimento oratório, escrito ou de outro tipo àcerca de determinado tema, quer como conjunto de manifestações

socialmente contextualizada o código integra o sentido mais lato de cultura. Eis-nos, aliás, perante o ponto óbvio e fecundo da intersecção de informação com cultura que afloramos noutra lugar¹³ e nos parece básico para revermos e aprofundarmos as relações vulgarmente invocadas, mas até agora pouco ou nada analisadas, entre a arquivística e a biblioteconomia com a museologia¹⁴.

Com a definição proposta pretendemos, fundamentalmente, assumir uma perspectiva inovadora nitidamente defendida por Harold Borko, em 1968, ao reproduzir com significativos "retoques" a definição de *information science* formulada por ocasião das conferências do Georgia Institute of Technology, realizadas em Outubro de 1961 e Abril de 1962¹⁵:

É a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e o sentido do processamento de informação com vista a um máximo de acessibilidade e uso. Diz, assim, respeito a um *corpus* de conhecimento sobre a origem, colecção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Isto inclui a investigação da informação tanto em sistemas naturais, como artificiais, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos modos e técnicas de processamento de informação tais como computadores e os respectivos sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada de e relacionada com os seguintes campos: matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia computacional, operações de pesquisa/busca, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão e outros campos similares. Possui, por fim, uma componente de ciência pura na medida em que explora o tema sem olhar às suas aplicações práticas e uma componente de ciência aplicada que

verbais, orais ou escritas, significativas de uma ideologia ou de um estado das mentalidades numa época, num quadro cultural e civilizacional específico, etc.

¹³ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Arquivística e cultura popular. Algumas notas sobre o binómio Informação e Cultura. In *Congresso Cultura Popular. Actas*. Maia: Câmara Municipal, 2000 (no prelo).

¹⁴ A informação é facilmente subsumida pela noção antropológica e etnográfica de cultura, sendo certo que esta existe e reproduz-se intelectualmente por intermédio de um caudal ilimitado daquela. Mas uma tão incontornável intersecção não legitima que se apaguem diferenças e distinções elementares, embora se assista com excessiva frequência à "culturalização" e à patrimonialização do fenómeno e processo informacionais e daí a ideia comum de associar o trabalho museológico e museográfico como se caísse dentro do núcleo duro da ciência da informação. Se a cultura é irredutível a uma narrativa mítica, a um texto literário, a uma "estória" ou a uma cantiga porque compreende também o artefacto tecnológico, os ritos de passagem ou ainda as práticas socio-económicas e políticas mais diversas, tal irredutibilidade permite precisar os limites da especificidade informacional.

¹⁵ Definição incluída em SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. — History and foundations of information science. *Annual Review of Information Science and Technology*. Washington. 12 (1977) p. 265.

desenvolve serviços e produtos. A biblioteconomia e o documentalismo constituíam, por isso, aspectos aplicados da ciência da informação¹⁶

Mais do que uma definição Borko traçou um programa científico que, volvidas três décadas, continua actual e em plena realização com inevitáveis efeitos epistemológicos, de que destacamos:

a) delimitar a informação enquanto fenómeno e processo, distinguindo-a do campo cultural, sem dúvida correlativo, tendo ficado, contudo, por enumerar as suas propriedades distintivas¹⁷;

b) articular disciplinas até aí dispersas e afastadas como a biblioteconomia, o documentalismo, a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional e comunicações, a gestão e outras, apesar de ter sido deliberadamente esquecida a arquivística;

c) superar práticas saturadas de empirismo e de senso comum através da construção de um conhecimento científico simultaneamente teórico e aplicado; e

d) desvalorizar o primado do suporte "enganador dos sentidos" e da razão, o que equivale a distinguir na documentação o componente substancial — a informação — do componente acessório — o suporte.

A (re)descoberta do primado da informação abanou profundamente as bases teóricas daquilo a que José López Yepes¹⁸ e seus discípulos insistem em chamar a "Ciência da Documentação" e conduziu a pesquisa reflexiva a um ponto de transdisciplinaridade sem retorno, onde Biblioteconomia, Arquivística e Informática de Gestão se mesclam formando o *corpus* teórico-prático da *information science*. Mas a simbiose transdisciplinar se é certo que

¹⁶ Tradução livre do inglês a partir de citação de FROEHLICH, Thomas J. — Challenges to curriculum development in Information Science. In *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, vol. 1. Porto, 1985 - A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985, vol, 2, p. 488.

¹⁷ Consideramos crucial o esforço feito no sentido de precisar as propriedades da informação não enumeradas por Borko e por nenhum autor até hoje. Num estudo sobre Ciência da Informação em preparação os seus autores apontam, de forma ainda exploratória e passível de ajustamento e rectificação, as seguintes propriedades: a estruturação pela acção humana e social; a integração dinâmica; a pregnância; a quantificação ou matematização; a reprodutividade ilimitada; e a transmissibilidade.

¹⁸ Ver LÓPEZ YEPES, José - Hacia una teoría de la documentación. In *Manual de información y documentación*. Coord. José López Yepes. Madrid : Ediciones Pirámide, 1996. p. 63-95.

gera unidade, também não exclui necessariamente a pluralidade de relações interdisciplinares com ciências situadas a montante e a jusante do fenómeno/processo informacional. Acresce ainda ser possível distinguir no *núcleo duro* da *information science* três linhas nítidas de especialização ou aplicação — a biblioteconomia, a arquivística e a informática. Todas elas unidas pelo mesmo denominador comum e diferenciadas por prismas sistémicos diversos, bem como pela resposta a problemas práticos específicos. Esta ideia surge, aliás inequivocamente afirmada por Yves Le Coadic, autor de um dos volumes da famosa colecção *Que sais-je?* da P.U.F intitulado *Science de l'Information* (1994), no verbete com o mesmo título para o recente e interessante *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*¹⁹.

Através da teoria dos sistemas tem sido possível pensar a realidade natural, humana e social em moldes diferentes do "clássico", porque tendencialmente holísticos. E a informação pode também ser encarada sistemicamente. Os autores de *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação* serviram-se de uma adaptação ligeira da teoria geral dos sistemas e, em particular, do esquema metodológico binário segundo o qual há sistemas abertos e fechados²⁰. Àqueles associaram a Biblioteca enquanto serviço, criado e alimentado pelo mercado livreiro intermediário entre o autor/produzidor de informação e o público consumidor do mesmo produto; e na categoria de sistema (semi)fechado incluíram o Arquivo enquanto conjunto orgânico de documentos produzidos por uma entidade pública ou privada, colectiva ou singular. Tal como a chamada "escola" canadiana²¹, também os autores de *Arquivística* preconizam o *arquivo total e sistémico*, indo, porém, mais longe ao deixarem cair a noção oitocentista de fundo (surgida em 1841) por ser demasiado datada e obsoleta. Substituíram-na pela noção de sistema, tida por mais ajustada ao fenómeno da informação social e definida, genericamente, como o conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira²²

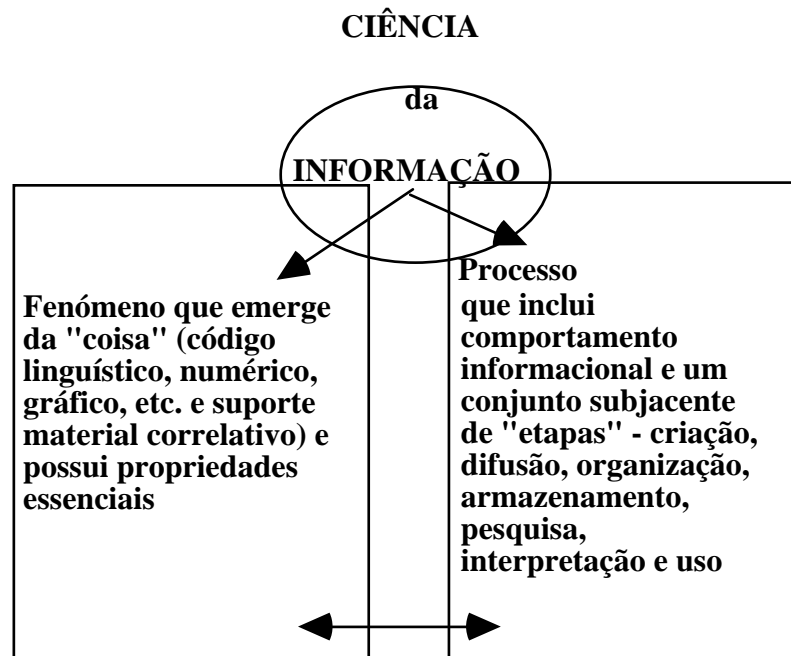
A perspectiva sistémica constitui, afinal, uma modalidade teórica empregue para pensar e explorar o objecto da Ciência da Informação, que poderemos esquematizar do seguinte modo:

¹⁹ Ver LE COADIC, Yves — *Science de l'information*. In CACALY, Serge (dir.) — *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan, 1997, p. 517-519 e 523.

²⁰ Os fechados são aqueles cujas variáveis são endógenas e cujas leis são de tipo absoluto; o seu comportamento não está sujeito a nenhuma espécie de influência que emane de variáveis externas. Os sistemas abertos singularizam-se pelo facto de nenhum aspecto do seu comportamento se achar determinado estritamente a partir de dentro. Cf. SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio e REAL, Manuel Luís — *Arquivística*, ob. cit., P. 42. E para uma visão global e aprofundada da teoria e do pensamento sistémico ver MELLA, Piero — *Dai Sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Agnelli, 1997.

²¹ Ver, sobretudo, ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol — *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

²² Cf. MOLINA CAMPOS, Enrique — *Teoría de la biblioteconomía*. Granada: Universidad, 1995, p. 15.



A esquematização proposta projecta-se para lá do debate comum sobre se informação é dado ou processo. A disjunção é redutora e como tal pobre e insatisfatória. Numa definição vulgar de dado em que este surge como *representação de factos, conceitos ou instruções, de um modo convencional e adequado à comunicação, interpretação ou tratamento por meios humanos ou automáticos*²³ deparamos com a Informação humana e social (ver Diagrama) propriamente dita, o que torna absurdo distinguir x de x (a Informação de si mesma) e valida a conjunção de fenómeno com processo, ou seja, um conjunto de propriedades constitutivas de uma fenomenalidade concreta dotada também de um dinamismo fecundo e complexo.

A enumeração e identificação detalhada das *propriedades* do fenómeno informação constitui um passo decisivo e gerador de profícua controvérsia²⁴, sem o qual é impossível precisar os contornos do nosso objecto e completar com rigor as componentes e as

²³ ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p. 30.

²⁴ Usamos, aqui, o conceito tal como foi analisado por GIORELIO, Giulio - *Progresso pelo conflito : as controvérsias científicas. Análise : publicação semestral de filosofia*. Lisboa. 1:2 (1984) 181-198.

potencialidades do método. Urge, pois, elencar essas propriedades formalizadas como axiomática geral:

- (1) a estruturação pela acção (humana e social) — o acto individual e/ou de relação funda e estruturaliza
- (2) a integração dinâmica — há uma dupla e simultânea implicação do acto informacional nas condições internas e externas ao sujeito da acção
- (3) a pregnância — intencionalidade mental manifestada pela repetição de termos e de sintagmas e evidência do interesse na busca dos mesmos termos e sintagmas
- (4) a quantificação — a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável quantitativamente
- (5) a reprodutividade ilimitada — a mesma codificação é reproduzível sem limite, o que conduz à memorização
- (6) a transmissibilidade — toda a produção (e reprodução) informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

As duas últimas propriedades ou características essenciais plasman-se na dimensão dinâmica do fenómeno, traduzível pela palavra processo. E conhecer este implica desvendar os meandros do comportamento de quem busca/usa Informação e que, mais à guisa da espiral do que do círculo fechado e imutável, é seu potencial criador/produzidor. As fases ou etapas acima referidas na caracterização do processo só se entendem dentro da espiral e reenviam sempre para a mais elementar das propriedades — ser estruturável pela acção.

Não é, evidentemente, "pura" ou ideológica e politicamente asséptica esta configuração do objecto da Ciência da Informação pelos pressupostos que a originam e fundamentam, tais como o impasse profissional e teórico da Biblioteconomia e da Arquivística, o desenvolvimento teoricamente insustentável das novas Tecnologias e Sistemas da Informação sem um sólido substrato epistemológico fornecido pelas Ciências Sociais e a subsequente distinção entre informar, conhecer e comunicar. Sem eles não há Ciência da Informação e o respectivo "espaço" epistémico seria (ou continuaria a ser...) absorvido pelas Ciência(s) da Comunicação, pela Informática *hard* e *soft*, pela Sociologia etc.

A aceitação de tais pressupostos permitiu explicitar as mencionadas propriedades expressas por princípios ou leis gerais e abraçar uma "hipótese" fundacional ou "a hipótese de todas as hipóteses" — a da possibilidade de conhecer cientificamente a informação — que exige a adopção de uma teoria primacial posta à prova num ciclo paradigmático de duração imprevisível. Aliás, podemos já considerar imersos no paradigma que designaremos por científico e pós-custodial por oposição ou em ruptura com o paradigma anterior, técnico e custodial (traços fortes vincados pelas práticas biblioteconomia e arquivística posteriores à Revolução Francesa), e comprometidos com a teoria sistémica, empregue e generalizada nas duas últimas décadas pela Informática, embora esta não detenha obviamente o exclusivo do seu uso.

A teoria sistémica precede, deste modo, a produção teórica que o desenvolvimento intensivo da Ciência da Informação nos seus diferentes ramos e aplicações necessariamente implica dentro do esquema padrão que Raymond Quivy e Luc Van Campenhoutt explicam como sendo específico das Ciências Sociais, a saber: etapa 1 - a pergunta de partida; etapa 2 - A exploração com leituras e entrevistas exploratórias; etapa 3 - a problemática; etapa 4 - a construção do modelo de análise; etapa 5 - a observação; etapa 6 - a análise das informações; e etapa 7 - as conclusões²⁵. Tomamos este esquema como referência genérica para o trabalho de pesquisa em Informação com as diferenças e adaptações adiante explicitadas através da descrição dos pólos teórico e técnico do método quadripolar.

Para já interessa trazer à colação, muito brevemente, algo sobre a teoria e o pensamento sistémicos, explanados por Piero Mella²⁶. Refirimo-nos a dois grandes grupos ou tipos de sistema: os sistemas organizados ou operatórios e os não organizados ou combinatórios. Aqueles definem-se pelos conceitos-chave da unidade, da organização e da estrutura e podem subdivir-se em dinâmicos, fechados e abertos, naturais e artificiais, redes modulares, autopoéticos, sistema geral e cognitivos conscientes. Os combinatórios caracterizam-se por três condições indispensáveis à sua existência: o macro comportamento deriva da combinação de micro comportamentos; estes devem ser condicionados pelo macro comportamento; e têm de se produzir interacções, *feedback*, entre micro e macro comportamento.

No caso vertente do conhecimento científico da Informação tem sido aplicado o tipo de sistemas organizados ou operatórios com destaque para os abertos e fechados²⁷, para os

²⁵ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van - *Manual de investigação em ciências sociais*. Lis-boa : Gradiva, 1998. p. 30.

²⁶ Ver MELLA, Piero — *Dai Sistemi al pensiero sistemic*, ob. cit., p. 32-128.

²⁷ Gericamente, pode dizer-se que são *fechados* os sistemas cujas variáveis são endógenas e as leis são de tipo absoluto, não estando o seu comportamento sujeito a nenhuma espécie de influência que emane de variáveis externas. Os sistemas *abertos* singularizam-se pelo facto de nenhum aspecto do seu comportamento se achar determinado estritamente a partir de

artificiais, para os autopoéticos e para o sistema geral, correspondendo estas diversas categorias a perspectivas diferentes que importa rever e aproximar. Com efeito, Molina Campos ao classificar a Biblioteca como sistema aberto e os autores de *Arquivística teoria e prática de uma ciência da informação* ao pensarem o Arquivo como sistema (semi)fechado assentam ambos numa noção de sistema mais ampla e menos restritiva que a usada pelos especialistas de SI ou de TSI (tecnologias e sistemas de informação), tornando-se, por isso, necessário e urgente procurar denominadores comuns que desfaçam a actual distância entre uns e outros — uma distância absurda e inútil.

Uma pista possível para a inevitável aproximação emerge de certas modelizações levadas a cabo por especialistas de SI, perfeitamente articuláveis com as actuais Bibliotecas e Arquivos vistos tanto pelo prisma Serviço-Instituição, como pelo prisma orgânico-funcional. Se tivermos, por exemplo, em conta a generalizada interacção em qualquer entidade organizacional da estrutura orgânico-administrativa e do fluxo informacional há claramente Arquivo (sistema orgânico-funcional), tal como aparece definido pelos autores de *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. E a Biblioteca configura um modelo possível de SI se encarada como sistema aberto de "produtos" informacionais vindos de fora, ou seja, da esfera orgânica dos autores e editores dentro de determinada comunidade nacional ou num espaço sem fronteiras (a aldeia global) através de uma rede computacional.

Insistimos no aprofundamento da base teórica do paradigma científico emergente porque dele depende, afinal, a eficácia metodológica. E esta remete-nos para uma concepção de método ajustada à especificidade das Ciências Sociais e Humanas, no âmbito das quais se tem difundido e discutido a denominada investigação qualitativa que surgiu há cerca de trinta anos no campo da educação²⁸. O termo qualitativo significa, quer o tipo de dados que uma investigação produz, quer os modos de actuação ou postulados que lhe são correlativos. Dados e postulados cabem dentro de uma grelha de análise inspirada num modelo geral de compreensão da metodologia da investigação elaborado por P. De Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete em 1975²⁹. Trata-se de um modelo de compreensão e de um método geral apelidado de quadripolar.

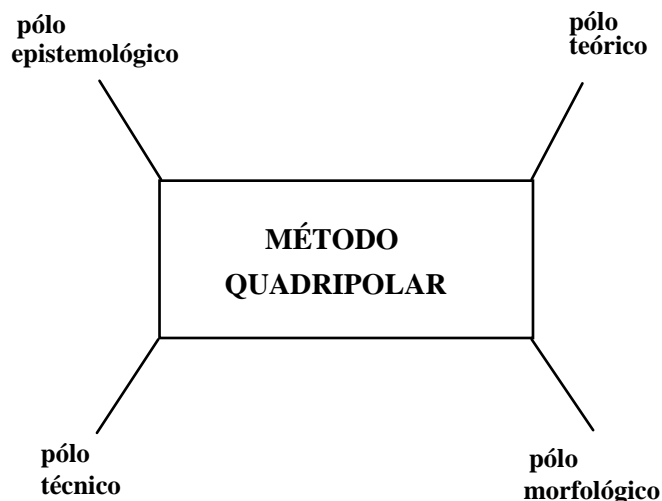
O método quadripolar constitui-se como dispositivo de investigação complexo, por exigência de um conhecimento que está longe de ser "unidimensional", de ser desprovido de variáveis ou de ser circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos *standard* (ordenar,

dentro (ver - SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio e REAL, Manuel Luís - *Arquivística*, ob. cit., p. 42).

²⁸ LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard - *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. p. 11.

²⁹ DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. - *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F., 1974. p. 36 e seg.

descrever a forma e o conteúdo informativo dos documentos, instalá-los e cotá-los), e que, bem antes pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. As técnicas aplicadas habitualmente “à custódia, à salvaguarda e à comunicação dos Fundos e das Coleções bibliográficas” já não resistem sequer a um leve confronto com o dispositivo metodológico proposto. Vejamo-lo com algum detalhe:



Dinâmica de investigação inspirada no modelo topológico

da prática metodológica de De Bruyne, *et al.* (1975, p. 36)

Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate "tradicional" entre "quantitativo" e "qualitativo" e por forma ainda a promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar. Uma investigação que se cumpre em cada projecto e se reinicia, prolonga, corrige e supera no seguinte, implicando sempre a interacção e a abertura desses quatro pólos.

No *pólo epistemológico* — instância superior imbricada no aparato teórico e institucional (a comunidade científica dos especialistas em Informação ou informatólogos, as suas escolas, institutos, locais de trabalho e ainda os seus referentes políticos, ideológicos e culturais) — opera-se, segundo Herman, a permanente "construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação"³⁰, ou seja, dá-se a reformulação constante dos

³⁰ HERMAN, Jacques - *Les Langues de la sociologie*. Paris : P.U.F., 1983. p. 5.

parâmetros discursivos (a linguagem envolvida no processo científico e que "traduz através de simbolizações verbais ou não verbais (tais como os modelos matemáticos ou iconográficos), as crenças e os valores partilhados por um grupo de investigadores"³¹), dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objectividade, fidelidade e validade) que norteiam todo o processo de investigação. A génese e a evolução deste pólo até à actualidade da Ciência da Informação tem sido objecto de alguns estudos panorâmicos retrospectivos. Agora e no futuro próximo, urge proceder a reflexões e a balanços periódicos a fim de que os cientistas se possam aperceber das continuidades e de eventuais rupturas verificadas ao nível epistemológico.

No *pólo teórico* manifesta-se a racionalidade predominante no sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objecto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do "contexto teórico" elaborado (plano da prova). Neste pólo, uma vez ajustado à investigação informatológica, emerge a racionalidade indutiva e há um vasto "material" acumulado empiricamente que, à luz do paradigma de cientificidade aqui perfilhado, pode ser convertido em "contexto teórico" disponível para os projectos de investigação presentes e futuros. Entram, obviamente, aqui as atrás enumeradas propriedades da Informação, expressas sob a forma de axiomática geral a que correspondem, como se disse, as leis infométricas posicionadas como metas últimas da investigação sistemática, isto é, a sua confirmação ou eventual negação decide sobre o estatuto de cientificidade que o campo possui. Pelo meio surgem, acumulam-se e são revistas teorias e hipóteses concebidas nos múltiplos planos implicados na investigação do fenómeno e processo informacionais.

A aplicação intensiva e crítica do dispositivo metodológico aqui proposto permitirá, por certo, alargar o quadro nomotético apresentado e obrigará a elencar os conceitos, as hipóteses e as teorias relativas aos casos estudados. Para tanto, prevemos que, de agora em diante, o estudo de um qualquer sistema integral (Arquivo ou Biblioteca) e do comportamento dos utilizadores nesse sistema não se irá esgotar mais na apresentação descritiva do Inventário ou do Catálogo (designados vulgarmente por "instrumentos de pesquisa"), precedida eventualmente por uma "exógena" resenha histórica ou um estudo histórico-institucional, mas terá forçosamente de assentar numa sólida formatação dos resultados (ver pólo morfológico) que remeta para a dimensão epistemológica (ver pólo anterior) e para a explicação e interpretação universalizantes do fenómeno/processo informacional (confrontado, por via interdisciplinar, com os campos correlativos do conhecimento social).

³¹ LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald - *Ob. cit.* p. 17.

No *pólo técnico* o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada. No domínio da Arquivística descritiva e da Biblioteconomia, tal como têm sido praticadas, acumularam-se procedimentos técnicos canalizados para a representação formal da documentação e para o armazenamento, transferência, recuperação e difusão. Impõe-se, porém, a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas e avulsas, porque neste pólo se joga a capacidade probatória (verificação ou refutação do "contexto teórico") do dispositivo metodológico, que nada tem a ver com uma mera "listagem" arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente). Consideramos, por isso, necessário destacar neste pólo três operações maiores:

1ª- Observação directa e indirecta³² (de casos³³ ou de variáveis³⁴)

Recolha exaustiva dos elementos histórico-institucionais, normativos e reguladores, e descrição da natureza e do funcionamento interno de qualquer Sistema de Informação (caso/casos) ou de qualquer tema supra/intercasuístico (variável/variáveis) através de diversas técnicas ou procedimentos, tais como o questionário, a entrevista, observação participante e a consequente elaboração de fichas de registo.

2ª- Experimentação³⁵

Num campo tendencialmente artificial, fechado e controlado (por contraste com o campo real, aberto e não controlado do estudo de caso), que se acentua em laboratório ou em simulação de computador, é imprescindível a formulação clara de um problema, a descrição das técnicas de análise e apresentação dos instrumentos usados, dos equipamentos e meios científicos

³² No quadro das técnicas científicas de exploração avulta a observação (entendida como sendo do tipo sistemático ou voluntário, isto é, organizada, pretendida e deliberada) directa e indirecta. Aquela acontece quando se toma nota dos factos, dos gestos, dos acontecimentos, dos comportamentos, das opiniões, das acções, das realidades físicas (por exemplo, as paisagens), enfim do que se passa ou existe num dado momento, numa dada situação; variantes; a observação participante ou não participante (observação visual), a observação geográfica, a psicossociologia ou exploração no terreno. A indirecta incide nos indivíduos, nos comportamentos, nos grupos, no passado, noutros locais (ontem ou hoje) ou, mais geralmente, em todos os tipos de dados existentes (por exemplo, os testemunhos escritos, figurados ou registados) e supõe meios de investigação ou instrumentos de medida (por exemplo, a observação quantitativa), que permitem detectar factos intangíveis (por oposição, aos tangíveis, como um recenseamento ou uma enumeração); exemplos: a análise de conteúdo (indexação), as análises *ex post facto*, os "relatos de vida", etc. (DESHAIES, Bruno - *Metodologia da investigação em ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 296-297).

³³ Sobre o estudo de casos e a comparação multicaseos seguimos de perto a exposição de: LESSARD-HÉ-BERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald - *Op. cit.*, p. 169-173.

³⁴ As variáveis em investigação informatológica são inúmeras e inscrevem-se no complexo sistémico composto pelo Arquivo, Biblioteca e T.S.I.

³⁵ Na acepção forte do termo postula uma hipótese e permite ao experimentador observar os resultados da manipulação das condições materiais da experiência. A hipótese deve ser formulada previamente e verificada com instrumentos de medida apropriados. Se necessário, os métodos matemáticos e estatísticos aplicam-se segundo a orientação que a experiência tomou (DESHAIES, Bruno - *Op. cit.* p. 297).

empregues. Se feita por amostragem apoia-se na análise estatística de acordo com a lógica dos testes de hipóteses³⁶.

3ª- Análise/Avaliação retrospectiva e prospectiva

(*enunciado genérico*)

Sujeitar os resultados da **observação** e/ou da **experimentação** a um rigoroso exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias científicas. Decorre deste investimento operativo a confirmação ou informação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projecto de investigação e, em última instância, os princípios gerais fixados no pólo teórico.

(*enunciado complementar*)

A adaptação desta terceira operação ao campo científico da Informação implica a presença de outras operações subsidiárias, mas essenciais, que chegam a integrar em si a observação: a descrição, a análise de conteúdo³⁷ e a indexação, e o controlo de autoridade. Todas estas operações contribuem para a (re)organização informacional entendida em *strictu sensu*: pôr em evidência as propriedades intrínsecas e intervir no processo (memória, transferência e uso) da Informação. E globalmente consideradas impulsionam a perfectibilidade do conhecimento científico da Informação, o que é muito mais do que aquilo para que têm servido, isto é, serem meros "canais" de acesso aos "conteúdos".

A eficácia destas operações, em que anda implícita, pelo menos em algumas delas, a lógica da explanação³⁸, reflecte-se de imediato no pólo teórico e, em especial, no *pólo morfológico*. Aqui se assume por inteiro a análise/avaliação e se parte não apenas para a configuração do objecto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção relativamente à função de comunicação³⁹. Trata-se da organização

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ Não tem aqui o sentido generalizado pela aplicação às Ciências Sociais (ver - JANEIRA, Ana Luísa - A Técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais : natureza e aplicações. *Análise Social*. Lisboa. 2ª série. 9:39 (1972) 370-399), mas o patente, por exemplo, no trabalho-guia de PINTO MOLINA, María; GÁLVEZ, Carmen - *Análisis documental de contenido : procesamiento de información*. Madrid : Editorial Síntesis, 1996; em PINTO MOLINA, María - *Análisis documental de contenido*. In *Manual de información y documentación (ob. cit.)* p. 300-323; e em GIL URDICAÍN, Blanca - *Lenguajes documentales II*. In *Manual de información y documentación (ob. cit.)* p. 354-374. Ver ainda: MOLINA CAMPOS, Enrique - *Op. cit.* p. 187-202.

³⁸ *Theories of explanation (op. cit.)* p. 9-46, 75-118, 156-187.

³⁹ LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald - *Op. cit.* p. 23. Sobre este pólo, De Bruyne [et al.] (*ob. cit.*, p. 161) adiantaram que ele "ajuda a libertar um campo de "interobjectividade", em que a crítica intersubjectiva dos investigadores pode desempenhar um papel aferidor. Ultrapassa-se, deste modo, o empirismo fragmentário e o diletantismo, e molda-se um espaço de linguagem comum".

e da apresentação dos dados, devidamente crivados no *pólo teórico* e aferidos no *pólo epistemológico*, o que ilustra, aliás, o pendor interactivo da investigação quadripolar.

Daqui deve resultar uma posição atomista na explicação e/ou uma posição holista na compreensão. Note-se que o conhecimento da informação (fenómeno e processo) se compatibiliza com ambas as posições, assumidas em simultâneo. Com efeito, a dinâmica da investigação visa isolar, pela explicação, invariantes ou leis — causalidade externa —, enquanto pela compreensão procura alcançar um significado totalizante do processo informacional — causalidade interna. E estas duas posições essenciais do pólo morfológico concentram-se na parte que enquadra e precede a apresentação dos instrumentos de acesso (referida, atrás, no pólo teórico), que corresponde ao estudo informatológico propriamente dito e sem o qual estes perdem toda e qualquer pertinência científica.

Consumada, neste quarto pólo, a exposição de todo o processo que levou à construção do objecto científico, pode reiniciar-se o ciclo dinâmico de investigação quadripolar, a qual propende visivelmente para a acumulação em espiral do conhecimento construído.

A exequibilidade deste modelo no campo científico da informação social é um tópico incipiente e em aberto. No imediato, urge importar para esta formulação genérica o abundante e disperso "património" empírico existente como primeiro "teste" à possibilidade epistémica da investigação quadripolar em Ciência da Informação. O passo seguinte instaura-se pela generalização da metodologia e da averiguação periódica dos seus êxitos e eventuais debilidades. Fica, assim, introduzido o primado da práxis científica como critério de validade do modelo proposto. E é, aliás, neste quadro que assumimos a análise do objecto e do método da Arquivística, claramente proposta como disciplina ou ramo específico da Ciência da Informação.

Ao pensarem o Arquivo como um sistema (semi-)fechado (orgânico-funcional) de informação os autores de *Arquivística*⁴⁰ tiveram, forçosamente, de redefinir a Arquivística como a disciplina aplicada à dimensão sistémica do arquivo, o que equivale a fixá-lo como uma unidade formada por factores básicos e indissociáveis, a saber:

Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializado em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais — a natureza orgânica (estrutura)

⁴⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio e REAL, Manuel Luís — *Arquivística*, ob. cit., p. 211-226..

e a natureza funcional (serviço/uso) — a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores⁴¹.

E se Arquivo passa a ser concebido e estudado como um sistema (semi)fechado de Informação, a Arquivística foi definida pelos citados autores como "*uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente*"⁴². Convém, no entanto, frisar que ela estuda o arquivo através do mesmo método quadripolar⁴³ da Ciência da Informação.

A existência de um método tornou, obviamente, imperativa a caracterização interna do Arquivo tendo em conta o papel dos factores indicados: unicelular e pluricelular quanto à estrutura; e centralizado e descentralizado quanto à função/serviço. Activo ou desactivado conforme esteja ou não em funcionamento a entidade produtora/receptora de informação. E especializado ou "centro de arquivos" foi o termo escolhido para designar todo o sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desactivado ou ainda para incorporar informação sem interesse administrativo proveniente de organismos em plena actividade⁴⁴.

Estamos perante um quadro conceptual e epistemológico que exige, para ficar claro e compreensível, uma sinopse retrospectiva por meio da qual seja possível acompanhar a génese e evolução do Arquivo desde a fase aparentemente "sincrética" de um aglomerado de tabuinhas, de papiros ou de papéis até à noção hodierna de sistema de informação.

3. O Sistema de Informação-Arquivo

A origem do Arquivo, entendido na acepção natural de conjunto orgânico de informação social, confunde-se com o próprio surgimento da escrita, o que demonstra a ideia de que eles sempre foram encarados como bases e veículos de informação.

Os primeiros Arquivos reúnem já ingredientes que se vieram a tornar clássicos e hoje são ainda assumidos pela disciplina Arquivística: estrutura orgânica coerente em

⁴¹ Cf. SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio e REAL, Manuel Luís — *Arquivística*, ob. cit., p. 214.

⁴² Cf. *Ibidem*, p. 214.

⁴³ Ver *Ibidem*, p. 217-226.

⁴⁴ Ver *Ibidem*, p. 215-217.

correspondência com as funções e com a actividade das entidades produtoras; regras de controlo e matriz diplomática eficazes como forma de garantir a identidade e a autenticidade dos documentos; valor como testemunho e como instrumento de informação.

A prática das civilizações pré-clássicas assentava já em princípios intuitivamente assumidos. O desenvolvimento da administração e da jurisprudência, bem como a afirmação da cultura greco-latina, permitiram avanços muito significativos no domínio da organização arquivística.

Na transição do Mundo Antigo para a Idade Média deu-se a cristalização do conceito e a vulgarização do termo *Arquivo*. Foi então que se começou a tomar consciência das diferenças que o separam de outros sistemas de informação, como o das Bibliotecas e dos Museus (sistemas abertos).

Desde muito cedo, a instabilidade política e social levou à mutilação e à transferência de Arquivos, conduzindo a uma quebra da estrutura sistémica original. A migração de Arquivos deu-se, em parte, pelo reconhecimento da sua importância estratégica, como meio de informação e como um produto/recurso das sociedades.

Uma perspectiva mais abrangente foi, aos poucos, surgindo a respeito do papel que os Arquivos representam na sociedade. Num mosteiro português anterior à nacionalidade, o seu Arquivo já era expressamente considerado fundamental para a "memória" dos vindouros. É o chamado "valor secundário" dos documentos a afirmar-se.

O nosso grande vazio de conhecimentos sobre o processo arquivístico até quase à época moderna resulta da pouca resistência dos suportes documentais utilizados (como o papiro) e da usura do tempo. Os mais importantes Arquivos foram completamente destruídos ou desarticulados, restando poucas notícias a seu respeito.

A evolução do sistema administrativo contribuiu também para a instabilidade dos Arquivos. No século XIV voltam a desenvolver-se os Arquivos da administração e, nas grandes cortes europeias, assistiu-se à nomeação de arquivistas oficiais, incumbidos de organizar inventários, garantir a autenticidade dos documentos e elaborar as "memórias" dos seus patronos.

A experiência dos Estados Peninsulares demonstra existir um processo evolutivo, sem sobressaltos, da Idade Média para a Época Moderna. O projecto de modernização da Torre do Tombo, durante os séculos XV-XVI, constituiu um elemento chave para entender a reforma levada a cabo por Filipe II no Arquivo Geral de Simancas.

O trabalho nos Arquivos passou a assentar em normas escritas, que contribuíam para a organização do saber. E no século XVII apareceram já diversos manuais, portadores de uma concepção jurídica da realidade arquivística. Alguns dos seus autores chegaram mesmo ao excesso de não considerarem como Arquivo qualquer acervo de origem privada. A este princípio redutor contrapor-se-á o movimento iluminista, que suscitou a intensificação da procura dos Arquivos, exclusivamente em função do chamado "valor secundário" dos documentos.

Uma das consequências desta nova curiosidade pelos Arquivos foi o desvio aberrante das classificações metódicas, de base intelectual, que deixaram até hoje uma marca profunda, sobretudo, na Arquivística francesa e suas emulações, e a preferência pela ordenação cronológica dos documentos, sem atender ao seu contexto. Na área administrativa surgiram, contudo, algumas propostas isoladas sobre matérias que iriam dar corpo à disciplina: classificação dos acervos por departamentos de origem (1622), a organização de incorporações trienais (1720) e a selecção por amostragem (1777).

Com a Revolução Francesa formalizou-se, pela primeira vez, o propósito de liberalização do acesso dos Arquivos à generalidade da população. É um princípio que levará o seu tempo a consolidar-se, mas torna-se significativo o facto de o Arquivo Central do Estado ser entendido como o *Arquivo da Nação*. A criação de um órgão nacional, especificadamente vocacionado para a superintendência dos Arquivos, foi outro importante contributo da Revolução Francesa.

A política "concentracionista" do novo regime teve, porém, consequências desastrosas ao promover incorporações em massa, às quais se sucedeu uma reordenação metódica dos documentos, a partir de classificações anti-naturais que adulteraram a sua orgânica original.

A desorganização instaurada pelas reclassificações provocou um inevitável alarme e fez com que o governo francês, em 1841, emitisse uma circular para repor a ordem nos Arquivos departamentais e comunais. Pela primeira vez, se consagrou, a título oficial, o "princípio do respeito pelos fundos", o qual tem sido considerado como o fundamento clássico da Arquivística. No entanto, os resultados não foram de início tão efectivos como seria de supor, dado que veio a ser adoptada uma solução híbrida: o "fundo" era considerado uma entidade indivisível, mas a sua ordem interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade.

A constatação desta incongruência levou a que em 1867, em Itália, se propusesse a adaptação daquele princípio de acordo com o chamado "método histórico". Era, assim,

defendido, também, o respeito pela ordem original, ou seja, a preservação dos critérios organizativos praticados pela entidade produtora.

O século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre a função dos Arquivos e os respectivos critérios de organização. Por influência conjugada das correntes positivista e historicista, os Arquivos irão ser relegados para uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática, transformando-se a Arquivística também numa disciplina auxiliar da História. Os Arquivos passaram, muitas vezes, a ser geridos por homens sem formação administrativa, que, activamente, provocaram a desagregação de muitos acervos documentais. Embora se deva reconhecer os benefícios da recolha de fontes e da produção de instrumentos de pesquisa, que marcaram amplamente este período, os efeitos perversos são evidentes. Começou, então, a acentuar-se o primado discriminatório do valor dos documentos de interesse histórico e, para além disto, o desenvolvimento dos Arquivos destinados a incorporar esse tipo de documentos fez com que crescessem, de forma artificial, serviços especializados, cuja exclusiva função passou a ser a de preservar e tornar acessível a documentação que custodiam, num crescente e nocivo afastamento das administrações produtoras.

A edição do manual holandês, em 1898, da autoria de S. Muller, J. H. Feith e R. Fruin, marcou o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar definitivamente, libertando a teoria e a prática dos Arquivos da dependência directa dos paradigmas historiográficos. E não terá sido por acaso que, nessa época, se começou a vulgarizar o termo *Arquivística*, para definir um campo de saber específico.

A individualidade da disciplina não foi, porém, logo compreendida em determinados meios ligados à aplicação das novas técnicas documentais. Em consequência disso, assistiu-se a diversas tentativas de aplicação, aos Arquivos, de classificações temáticas de estrutura decimal. A emergência dos chamados "Arquivos temáticos", no 1º quartel do século XX — estranha reminiscência das classificações metódicas de base intelectual setecentista!...—, constituiu outro exemplo da acção negativa de princípios contraditórios na génese da disciplina.

Entre as duas Guerras, a Arquivística descritiva, desenvolvida em torno da noção instrumental e incorporacionista de "fundo", começou a dar espaço a outro tipo de preocupações, nomeadamente ao nível da gestão de Arquivos e da cooperação. O problema das eliminações tornou-se, também, um tema emergente ao longo destes períodos, devido ao considerável aumento da produção documental.

Com o agravamento da situação, durante o pós-II Guerra Mundial, generalizou-se o princípio apodítico das "três idades do Arquivo", que pode ter tido origem em Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação dos documentos. Se é certo que esta pretendida "teoria" parece apontar para uma cadeia relativamente ininterrupta no ciclo de vida dos documentos, a verdade é que gerou um efeito perverso, ao levar à criação de serviços e de depósitos a maior parte das vezes desarticulados entre si, provocando, assim, distorções *contra-natura* em unidades sistémicas que, desde há milénios, possuíam uma sólida coerência interna.

O chamado "pré-Arquivo", por exemplo, é uma eloquente prova da confusão que se instalou na conceptualização operatória de Arquivo, reflectindo, perante a documentação arquivística, uma atitude estática, subsidiária do positivismo histórico e algo "elitista".

Nos Estados Unidos da América, por razões de ordem pragmática, apareceu o conceito operatório de "record group" e a actividade profissional do "record management". Em tal quadro "institucionalizante", a gestão documental começou a afirmar-se como nova área disciplinar, num estreito vínculo com a Administração, num certo repúdio pela "Arquivística, disciplina histórica" e num perigoso corte epistemológico entre diacronia e sincronia da informação social.

O nascimento do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), em 1950, permitiu um debate mais alargado sobre os fundamentos da disciplina. A separação que se estabeleceu entre *records* e *archives*, sobretudo na tradição cultural anglo-saxónica, acabou por gerar, forçosamente, novas preocupações de índole teórica.

Embora sem consequências imediatas, em 1961, foi intuída, por Aurélio Tanodi, a necessidade de definir o objecto e o método da "Arquivologia", sendo este o termo por ele usado preferencialmente para significar a elevação possível ou parcial à categoria de ciência.

Os anos 70, por seu turno, deram lugar a importantes contribuições para o aprofundamento de matérias teóricas com especial ênfase na promoção científica da disciplina. Estiveram, neste caso, diversos ensaios sobre a noção de "fundo", a recuperação da perspectiva integradora do conceito de Arquivo e a emergência de novas preocupações sobre o papel da informação no contexto dos Arquivos.

No seio da Arquivística anglo-saxónica surgiram, também, sinais de alguma contestação dos critérios que tinham levado à dicotomia entre "records" e "archives".

A partir dos anos 80 a nova revolução tecnológica e social em marcha, ilustrada pela vertiginosa evolução que está a ocorrer, sobretudo, no domínio do audiovisual e da telemática, forçou a emergência de uma situação transitória, anunciadora de um novo ciclo, concretamente para aquelas disciplinas, como a Arquivística, relacionadas com o fenómeno social da informação.

A percepção do impasse e do salto epistemológico, que afectam, hoje, o conhecimento empírico construído em torno de tal fenómeno, não é ainda partilhada por muitos "cientistas da informação", porque não é ainda muito nítida a fundamentação epistemológica das suas respectivas ciências e, em especial, das até agora chamadas "ciências documentais". Devem estas pautar-se por parâmetros do "objectivismo científico", típico da muito contestada "ciência moderna, galilaica e cartesiana"? Ou, pelo contrário, devem aderir abertamente à matriz de cientificidade minimal ou imprecisa, própria das ciências sociais e humanas? Haverá meio termo entre paradigmas tão extremos?

A complexidade da problemática, assim levemente traçada, torna mais natural e imediata a tendência para prosseguir na via do empirismo eclético, todo voltado para a integração das novidades tecnológicas no "velho" quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva (ainda e sempre balizada pelos limites formais da noção de "fundo"), armazenamento e difusão de informação escrita. No entanto, esta não é e não poderá ser por muito mais tempo a solução que urge "agarrar", pela simples razão de que ela se reduz a um paliativo perverso, incapaz de romper com o impasse teórico existente, agravando-o perigosamente.

É, por isso, que estamos numa crucial tensão dialéctica, que não pode ser ignorada e muito menos torneada. A par dos progressos da Arquivística descritiva, mais próxima da administração, entre os quais merecem destaque o contributo dos colegas espanhóis e os avanços do C.I.A. no campo da normalização, temos assistido, nos últimos anos, ao aparecimento de artigos avulsos nas revistas da especialidade, que elegem como tema central a formulação de um corpo teórico animado por "novas" bases científicas e que ousam delinear, ainda muito vagamente, os contornos de um saber arquivístico situado numa "zona" fluida, a que alguns autores já chamaram de "era post-costudial".

4. O contributo científico da Arquivística

No quadro epistémico da Ciência da Informação a Arquivística contribui obviamente para que os objectivos daquela sejam concretizados e superados. Quanto melhor e mais

profundamente conhecermos os sistemas Arquivo com a especificidade própria que os distingue do sistema Biblioteca e dos sistemas tecnológicos de informação aplicados à gestão nas organizações mais nos acercamos da validação ou informação da axiomática universalizante consubstanciada no elenco das chamadas propriedades ou características da informação social atrás exposto.

Por um processo necessariamente indutivo o conhecimento acumula-se e renova-se através de estudos de caso seguindo o trajecto do particular para o geral questionado, como se sabe, por Karl Popper, mas tido por viável de acordo com outros epistemólogos mais recentes. O estudo de variáveis ou de aspectos/questões transversais a diversos sistemas de informação constitui também uma via complementar a seguir.

O contributo arquivístico remete, assim, para um primeiro plano interno, ou seja, para o campo científico onde o Arquivo, enquanto sistema de informação orgânica "natural" e enquanto componente serviço institucionalizado para receber, conservar e divulgar arquivos (sistema especializado⁴⁵), adquire a sua plena inteligibilidade. Remete depois para uma ampla área de fronteiras ainda mal definidas (**ver diagrama**), onde germina fortemente a interdisciplinaridade; desde as denominadas Ciências da Administração e da Gestão até à Física e Química aplicadas a certos suportes (madeira, papiro, pergaminho, papel, película fotográfica...) há um grosso "caudal" de interacções e de intercâmbios a explorar e a desenvolver.

Interacções e intercâmbios que se acentuam mais com umas ciências do que com outras, continuando ainda a História a imperar no controlo do Serviço de Arquivo (sistema especializado), rotulado vulgarmente de "histórico", embora esteja a sofrer a crescente concorrência do campo administrativo e da gestão, servida esta cada vez mais pelas novas tecnologias da informação. Em termos simples, poderá, talvez, dizer-se que o fluxo quotidiano de informação nas empresas e demais organizações escapa ao olhar "ávido" dos historiadores e pior do que isso, à intervenção profissional dos (poucos) arquivistas diplomados, incapazes pela sua formação de base de competir no actual mercado em igualdade de circunstâncias quer com os informáticos "duros" (associados ao *hardware* e à programação), quer com os especialistas em *software* aplicado à gestão organizacional, aos quais falta, porém, um pensamento social crítico e uma postulação teórica compreensiva e interrogadora do processo informacional.

Não exageraremos se dissermos que a Arquivística e os arquivistas se defrontam com uma infoexclusão inadmissível de que, obviamente, também são responsáveis e para a

⁴⁵ Ver Ibidem, p. 216-217.

superarem cabe-lhes valorizar por inteiro aquilo que de específico é indispensável à construção e à consolidação da Ciência da Informação.

A experiência acumulada pelo trabalho arquivístico de acentuado pendor técnico desenvolvido ao longo do séc. XX permite hoje alargar inevitavelmente o escopo e o âmbito da Ciência da Informação tal como ficou definida em 1961/62 dando destaque às propriedades da estruturação pela acção (humana e social) e da integração dinâmica. Com efeito, estudar um sistema de informação-Arquivo seja ele produzido por qualquer tipo de entidade pública ou privada não se pode esgotar, como tem sido norma geral, na confecção de um instrumento de pesquisa (guia, inventário ou catálogo), nem tão pouco reduzir a uma aplicação genérica e até inconsequente dos princípios da proveniência e da ordem original, demasiado evidentes e simplistas para continuarem a ser referenciais insubstituíveis do pólo teórico do método quadripolar atrás exposto. As aludidas propriedades ou axiomas universais englobam e superam esses "princípios" entendidos como se fossem a "essência" da especificidade arquivística e exigem, por isso, um quadro teórico aberto e em permanente evolução.

A própria abordagem do Arquivo como sistema e já não como fundo (noção operatória e incorporacionista intimamente associada e datada do "princípio da proveniência") implica uma rotação teórica importante e conduz a uma aplicação construtiva da teoria geral dos sistemas e da taxonomia sistema (semi)fechado e sistema aberto, através da qual nos parece mais adequado e proveitoso pensar a especificidade subsistente entre Arquivo e Biblioteca. Uma especificidade, no entanto, mais conjuntural que estrutural e daí não terem uma consistente base epistemológica os esforços que continuam a ser feitos para legitimar a pretensa autonomia disciplinar da Arquivística e da Biblioteconomia. O denominador comum delas e da Informática aplicada à Gestão nas Organizações é o estudo e o processamento de Informação social — este é o mesmo objecto material que implica, por isso, uma inevitável transdisciplinaridade (**ver diagrama**) em vez de uma mera interdisciplinaridade e muito menos uma absurda pluridisciplinaridade baseada em "fronteiras" estanques!... A interdisciplinaridade germina forte e fecunda na partilha directa e indirecta desse objecto da Ciência da Informação com a panóplia de ciências sociais e humanas, puras e naturais elencadas atrás (**ver diagrama**), mas não cabe no interior da dita ciência ou Informatologia, como a "baptizou" Zhang, porque aí existem, seguramente, *nuances* de prisma e especificidades. Aí não podem existir quaisquer barreiras teórico-metodológicas.

Devido, pois, ao contributo prático da Arquivística a Ciência da Informação tem de estender o seu "olhar" aos sistemas (semi)fechados de informação, tanto na sua dimensão

orgânica, como funcional (de uso ou serviço), servidos cada vez mais pelas novas tecnologias de criação, de armazenamento, de uso, de recuperação e de difusão da informação, o que implica, por um lado, compreender e valorizar a importância e o funcionamento da "memória" que cada entidade (produtora de Arquivo) gera e necessita para a tomada de novas decisões e o desenvolvimento pleno dos seus objectivos e competências, e, por outro, perceber que as operações técnicas de classificação, de indexação e de descrição da informação aplicam-se com ligeiras e insignificantes diferenças tanto à informação social produzida e processada em sistema (semi)fechado (Arquivo), como à que circula em sistema aberto (Biblioteca), sendo certo que a partir do momento em que um "documento administrativo" (ofício, relatório de gerência, balancete de contas, etc.) sai da esfera reservada ao acesso que legalmente lhe é garantida fica apto a ser reproduzido (a reprodutividade é uma das propriedades axiomáticas da informação social) quer em suporte papel, quer pela via electrónica a fim de se tornar acessível a todo o tipo de usuário. Ao dar-se esta mutação sistémica o Serviço de Arquivo enquanto "sistema especializado", ou seja, os chamados Arquivos Históricos ou Públicos (criados e difundidos a partir da Revolução Francesa) assumem o papel que desde Gutenberg vem sendo assumido pelos impressores-editores: criar um espaço (e um mercado) aberto de acesso à informação socialmente produzida e contextualizada.

O comportamento dos usuários (o chamado *information behaviour* ou o estudo dos interesses temáticos dos utilizadores) nesses Serviços (Arquivo e Biblioteca) passa, assim, a ter de inserir-se num só "bloco" de estudos globais e comparativos, não fazendo mais sentido a separação artificial ainda hoje mantida entre usuários de Biblioteca e de Arquivo, como se o que eles buscam não fosse, afinal, pura e simplesmente o mesmo fenómeno/objecto - a informação. E também não faz sentido vincar para além do razoável uma pretensa linha divisória entre a gestão, por exemplo, dos Arquivos Públicos e das Bibliotecas Públicas porque muitos dos procedimentos e dos princípios empregues em ambos os tipos de serviços de informação são forçosamente idênticos na medida em que tais serviços são instituições ou unidade organizacionais sujeitas a regras gerais de gestão e de administração.

Dito isto, talvez convenha frisar bem que não é tanto ao nível dos Arquivos Públicos (serviço ou sistema especializado) que a especificidade arquivística se manifesta, mas mais no seio das organizações encaradas como sistemas (semi)fechados de acção e sobretudo enquanto elas se conservem activas produzindo e servindo-se ininterruptamente da sua própria "memória" (informacional). Aí o papel do arquivista tem de estar sintonizado com o do gestor e do agente administrativo "produtores de documentos" e distancia-se do bibliotecário, porque, ao contrário deste, não se cinge ou restringe aos modos e técnicas de processamento da informação, apesar de inevitáveis e fundamentais, devendo também

conhecer com detalhe o contexto da criação e do fluxo informacional, o que o levará a investir na avaliação e na selecção desde que é gerada ou recebida a informação por forma a manter sob controlo face aos objectivos estatutários ou estruturais e dentro de níveis adequados de pregnância (importância), pertinência (interesse temático) e densidade (riqueza de dados ou elementos textuais) a "memória" institucional⁴⁶.

Curiosamente é cada vez mais notória que a intervenção do arquivista no seio das organizações se confunde por completo com as competências atribuídas aos especialistas em informática aplicada à gestão de empresas e demais entidades, a ponto de este tipo de informáticos operarem na prática como *records managers*. E a tendência no futuro próximo é para que se acentue a simbiose de competências com vantagem profissional para o informático, conotado com o domínio de uma "tecnologia mágica" ilustrativa da poderosa ideia de Progresso...

Mas o contributo arquivístico não se encerra, como atrás referimos, no reforço e alargamento epistémicos da Ciência da Informação. A tradicional função dos Arquivos de apoio e incentivo à investigação produzida no âmbito das diversas ciências sociais e nas ciências puras e naturais (a história da matemática, da astronomia, de física, da biologia, etc.) promete continuar e expandir-se numa lógica de acesso irrestrito e domiciliário — basta seguir a evolução em curso dos chamados Arquivos digitais, cada vez mais próximos e indissociáveis das Bibliotecas digitais. É, aliás, natural que assim seja, porque a informação social é inseparável da expansão do conhecimento científico que o Homem busca obter sobre si e sobre o Mundo que o rodeia e envolve. Por isso, fala-se hoje muito de Sociedade do Conhecimento, embora o "cliché" peque por redutor e hiperbólico: todas as sociedades humanas desde os tempos mais remotos se pautaram pela busca e por ganhos efectivos de conhecimento mais ou menos empírico, a par da persistente expressão e valorização das emoções, sentimentos e valores morais e religiosos.

Falta, porém, focar um importante aspecto muito associado ao papel dos Arquivos Públicos — o seu valor cultural. A produção de conhecimento científico anda assim articulada com a promoção e difusão culturais. E deste ângulo não custa admitir que um Arquivo Público, tal como uma Biblioteca e um Museu são simultaneamente repositórios e pólos dinamizadores de Cultura em sentido lato. No entanto, o Museu remete mais claramente para a noção ampla de património cultural (e natural) que não é confundível com informação

⁴⁶ Uma primeira formulação desta perspectiva teórica sobre a avaliação arquivística alternativa à "tese" de T. Schellenberg sobre o valor primário e valor secundário dos documentos pode ver-se em SILVA, Armando B. Malheiro da — O(s) Arquivo(s) da Universidade do Minho. Gestão e memória do plural ao singular. In CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS e ARQUIVO CENTRAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (org.) — *Conferência sobre arquivos universitários (8 de Maio de 1997)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 43-73.

social, apesar de ser comum e possível "patrimonializar" a informação: um códice medieval, uma iluminura, um quadro, um romance clássico da literatura universal são obviamente bens culturais, mas antes disso são, na sua raiz, informação enquanto fenómeno social específico. E é sobre ele que incidem o seu olhar especializado tanto arquivistas, bibliotecários e até os operadores das novas tecnologias de informação, antes de valorizarem e enfatizarem o potencial cultural que esse fenómeno engloba e cruza. Potencial esse que constitui, ao invés, o objecto central da pesquisa e actividade do museólogo, muito repartida e partilhada também com as disciplinas científicas implicadas pelos "materiais" do respectivo Museu: sítios e vestígios arqueológicos, artes, ofícios e costumes comunitários, transportes, máquinas industriais, traje, teatro, etc.

A diferença apontada não exclui a evidência de que o museólogo descreve, classifica, indexa e (re)organiza em "bases de dados" a informação relativa aos artefactos, objectos e testemunhos materiais expostos no espaço do Museu e ao fazê-lo está a socorrer-se de modos e técnicas de processamento informacional vulgares para arquivistas e bibliotecários. Mas será que essa faceta justifica que a sua formação seja comum à daqueles? Essa faceta faz dele um especialista da informação ou integra-se antes numa actividade básica de animador cultural? E o animador cultural não é, em larga medida, um educador? Deverão estar, por isso, as escolas e institutos de educação aptos a formar animadores culturais e museólogos?

Parece-nos crucial que se intensifique o debate em torno de estas e de outras questões num dupla direcção: determinar com rigor qual o objecto material dos museólogos, arquivistas e bibliotecários concebendo a respectiva formação académica a partir do inquérito epistemológico efectuado; e ter presente também a incontornável função cultural que Arquivos, Bibliotecas e Museus são levados a assumir de forma mais vincada e mediática. A combinação operatória destes dois "sentidos" obriga, talvez, a interrogarmo-nos se não deverá haver arquivistas e/ou bibliotecários nos Museus e museólogos nos Serviços de Arquivo e de Biblioteca? Mas se tal via for seguida, onde se efectua a preparação específica dos museólogos? Fora das escolas ou dos departamentos universitários de Ciência da Informação?

O problema está em aberto, embora face ao que atrás ficou expandido (**ver diagrama**) o resultado das reflexões até agora tecidas nos leve a conceber a Museologia mais próxima da História da Cultura, da Sociologia da Cultura, da Antropologia, da Etnografia e dos estudos sobre Património Cultural, que do campo científico centrado na informação social, não obstante entendermos que na formação de um "informatólogo" não devem ser omitidas as profundas articulações que a informação possui com o universo cultural, assim como na formação de um "museólogo" tem de ser dada alguma ênfase ao estudo e processamento da informação.

5. Nota final

Glosando o tema proposto seguimos vias pouco comuns, que outros, porém, já têm trilhado e que importa explorar com crescente afínco e rigor.

Se há novidade no cômputo geral da "tese" expendida ela decorre sobretudo de uma mudança inevitável de ângulo ou perspectiva que assumimos e julgamos inadiável: o retorno às origens, ou seja, a revalorização do Arquivo como conjunto orgânico de informação produzida/recebida por uma entidade pública ou privada no decurso da sua acção. O Arquivo não como fundo, mas como sistema "natural" que precede e funda o Arquivo serviço, que desde a década de 50 tanto tem preocupado o Conselho Internacional de Arquivos. O C.I.A. continua, de facto, preso a uma dimensão demasiado culturalista e historicista do Arquivo, mas o tempo urge e o alerta lançado pelos colegas canadianos na década de oitenta para a necessidade de uma Arquivística integral, a nosso ver mesmo assim insuficiente, significou que não é mais possível enfrentar os desafios da Sociedade da Informação com a mente fechada no paradigma historicista, tecnicista e custodial herdado da Era das Luzes.

A viragem de paradigma está aí. Já nos "entrou em casa" e temos de estar lúcidos e atentos para que não nos leve de arrasto, precipitando-nos no abismo da mais espessa e ignara incerteza.